

1º SEMESTRE DE 2026

Demonstrações Financeiras Banco Bari



Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A.

**Demonstrações financeiras
referentes ao semestre findo
em 30 de junho de 2026**

Conteúdo

Relatório da Administração	4
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	11
Balanço patrimonial	14
Demonstrações de resultados	15
Demonstrações de resultados abrangentes	16
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	17
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	18
Notas explicativas às demonstrações financeiras	19

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A) Apresentação das Demonstrações Financeiras do período findo em 30 de junho de 2026

A Administração do Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A., banco múltiplo privado de capital fechado, líder do Conglomerado Prudencial Bari, este composto, adicionalmente, pelas controladas Bari Companhia Hipotecária e Bari Securitizadora S.A., submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as respectivas Demonstrações Financeiras, incluindo Relatório de auditoria sem modificações dos Auditores Independentes, KPMG Auditores Independentes Ltda., referentes ao período findo em 30 de junho de 2026.

B) Visão Organizacional

O Banco Bari é especializado em dois produtos, quais sejam: a) crédito consignado, com a quase integridade de convênios firmados com entidades públicas repassadoras, para atendimento a seus servidores; e b) crédito com garantia de imóvel, como financiamentos para aquisição de imóveis, compra de carteiras de recebíveis imobiliários e empréstimos com garantia de imóveis para pessoas físicas e jurídicas.

C) Atividades de Relevo no Contexto Corporativo

O Conglomerado Financeiro Bari contratou empresa especializada para assessorá-lo no atendimento às novas regras operacionais, ditadas pelas Resoluções CMN nºs 4.966 e 5.100, e Resoluções BCB nºs 219, 309 e 352. As alterações trazidas pelos citados normativos tiveram impactos importantes e foram implementados a partir de jan/2025. Os principais impactos foram em relação a forma de contabilização e reconhecimento contábil dos custos atrelados a origemação de operações de crédito e, também, nos critérios de mensuração das provisões para perdas incorridas e esperadas nas operações de crédito.

D) Área Administrativa

Realizamos diversas ações e reuniões informativas periódicas sobre a evolução dos negócios do Conglomerado Financeiro Bari, além de abordagem sobre novos produtos, melhorias e novidades no nosso app e plataformas digitais, em que parcela relevante do funcionalismo vem marcando presença.

Seguindo a disposição de apoio a medidas de motivação, transparência e valorização do quadro funcional, diversos programas nesta linha foram desenvolvidos, dos quais selecionamos os seguintes:

- **Ciclos de Avaliação de Desempenho:** Condução estruturada para fortalecer a cultura de feedback e o desenvolvimento contínuo.
- **Ciclos de Meta:** Acompanhamento estruturado para potencializar a cultura de resultados.
- **Programa Barimove:** Geração de oportunidades de vagas internas para os colaboradores do Bari.

- **Desenvolvimento de Liderança e Equipe:**
 - **Teambuilding de Liderança:** Atividades voltadas para o fortalecimento do trabalho em equipe e da atuação colaborativa.
 - **Pesquisa de Clima Organizacional:** Iniciativa com o objetivo de tornar nossa empresa um lugar cada vez melhor para se trabalhar.
- **Conscientização e Bem-Estar**
 - **Dia Nacional de Combate ao Assédio Moral no Trabalho:** Campanha de sensibilização e reforço de boas práticas no ambiente corporativo.
 - **Ações de engajamento:** Iniciativas ao longo do semestre, como Janeiro Branco, Dia da Mulher, Dia das Mães, Dia do Orgulho e Café Junino/Julino.

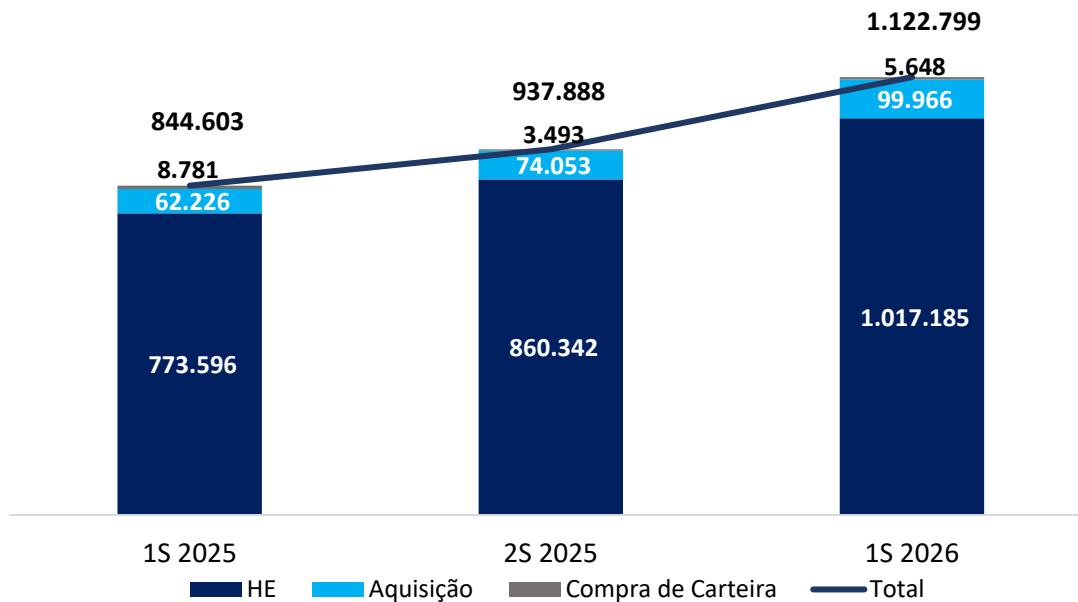
E) Destaques Operacionais

A seguir, informamos os saldos apurados de seus principais indicadores, de forma comparativa com os períodos anteriores, a demonstrar evolução nos negócios, nada obstante o cenário econômico-financeiro ainda desafiador, com taxas de juros elevadas e inflação oscilante.

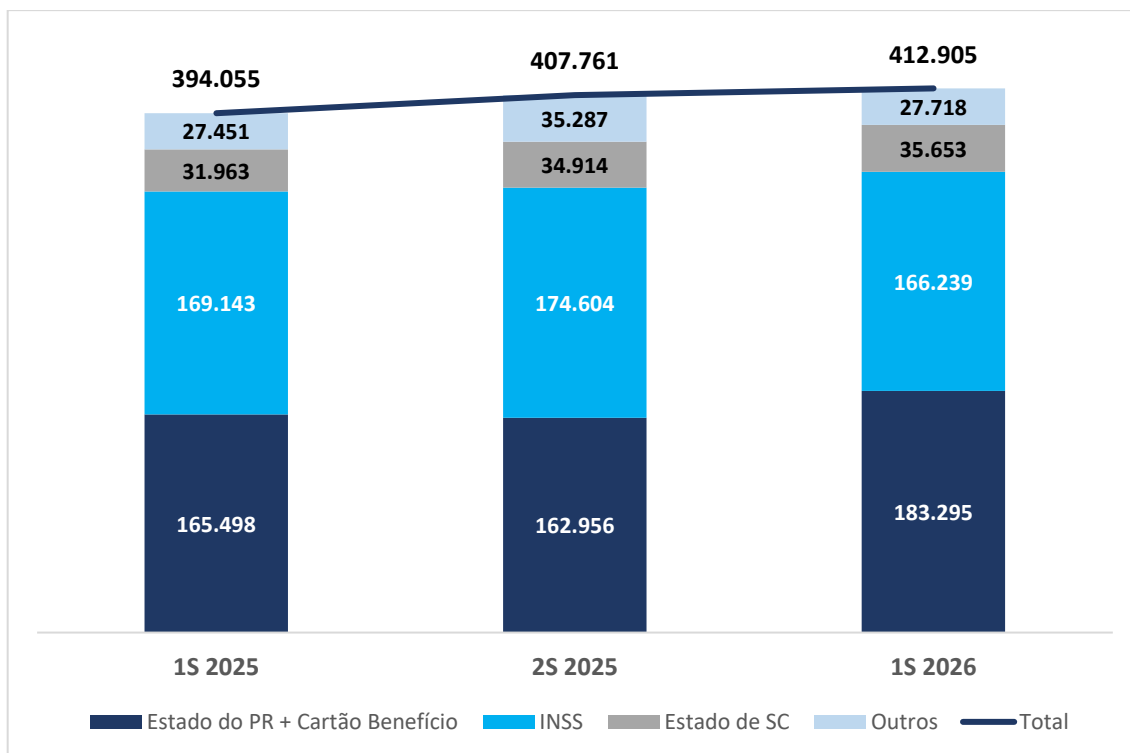
	<u>30/06/2026</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>30/06/2025</u>
a) Patrimônio Líquido:	219.887	201.280	188.265
b) Ativos de crédito:	1.535.704	1.345.649	1.238.658
c) Captação:	1.714.140	1.469.120	1.280.833
d) Índice de Basileia:	20,93%	21,49%	21,13%
Carteira de Crédito			
e) Atraso > 90 dias	2,70%	2,96%	2,36%
f) Atraso > 180 dias	1,56%	1,20%	1,41%
	1ºS 2026	2ºS 2025	1ºS 2025
Lucro	29.882	35.480	18.698
ROAE*	28,8%	18,7%	20,8%

O lucro auferido no período findo em 30 de junho de 2026, segue apresentando resultado condizente com o nosso porte e projeções efetuadas no início do período aqui sob referência, e ainda se valendo das economias geradas por constantes investimentos em tecnologia. Vale realçar a evolução da carteira de crédito, **que registrou crescimento de 19,7% no segmento imobiliário e de 1,3% no crédito consignado** quando se observam os dois gráficos abaixo apresentados, compreendendo o período entre **31 de dezembro de 2025 e 30 de junho de 2026**.

Carteira de Crédito – Imobiliário

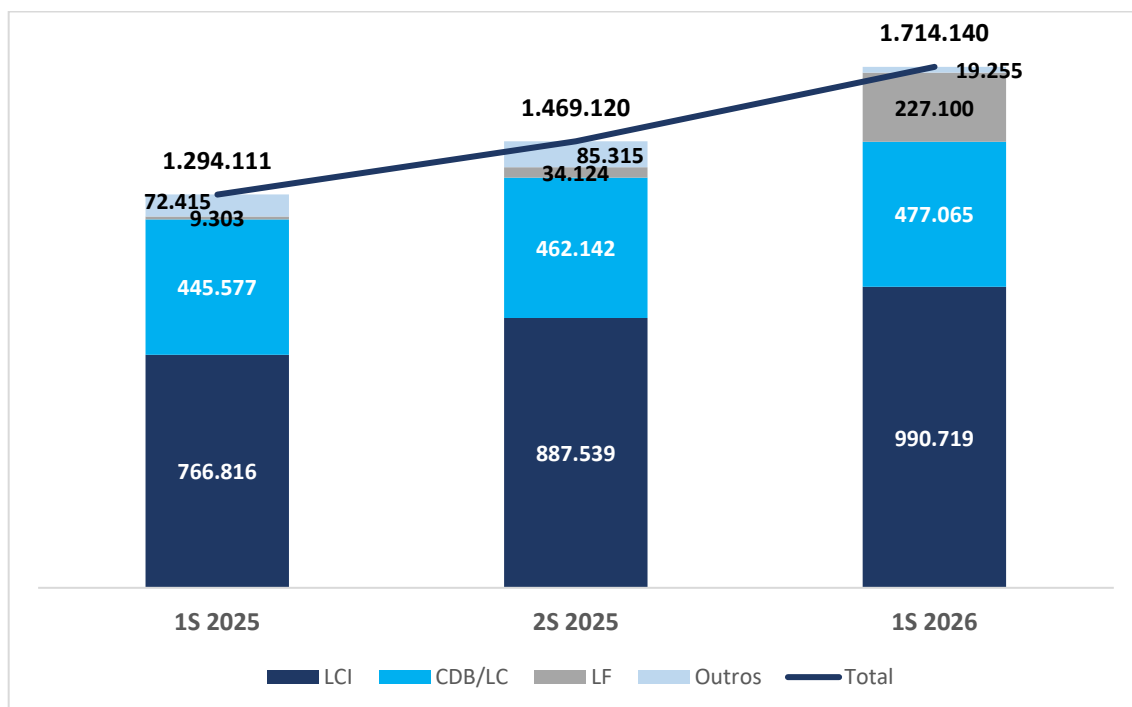


Carteira de Crédito – Consignado e Cartão



Captações

Com fulcro nos dados do quadro abaixo, podemos observar que as captações experimentaram incremento próximo de **16,7% no período de 2S/2025 e 1S/2026 e de 32,5% no período de 1S/2025 a 1S/2026**, com destaque para captações através de Letras Financeiras, o que demonstra a qualidade do crédito do Conglomerado Bari perante o público investidor.



F) Governança Corporativa

O Banco Bari atende aos princípios básicos de Governança Corporativa, com reuniões regulares do seu Conselho de Administração, e, também, cumprindo uma rotina semanal de reuniões de sua Diretoria. Adicionamos que o Banco realiza a gestão de riscos por meio da metodologia de três linhas de defesa. Dispõe, ainda, de: a) Código de Ética e Conduta; b) política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro; c) Canal de Denúncias; d) Ações Internas de Sensibilização e Disseminação da Inclusão, com vistas a respeitar a diversidade; e e) outros instrumentos de transparência de gestão, em total simetria com os preceitos divulgados pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC). Sobre o Conselho de Administração, informamos que se reúne anualmente com a auditoria interna terceirizada do Banco, com o objetivo de se inteirar do estado dos controles internos aqui implementados, visando, caso necessário, eventuais ajustes que possam resultar em aperfeiçoamentos.

G) Rating

O Banco detém a classificação “A-.br”, com mudança de perspectiva de estável para positiva na revisão de rating anual ocorrida em 26 de novembro de 2025, atribuída pela avaliadora Moody’s. A mudança para a perspectiva positiva é um reconhecimento do fortalecimento contínuo da rentabilidade do banco após os investimentos realizados em 2022 e 2023, que foi fomentado pelo crescimento das operações de crédito conjugado com eficiência operacional. Além disso, a perspectiva reflete uma maior diversificação dos instrumentos e canais de captação. O banco tem acessado novos instrumentos de dívida e expandido sua oferta por meio de uma plataforma própria, reduzindo a dependência de captações de mercado.

H) Política de Distribuição de Dividendos e de Juros sobre o Capital Próprio (JCP)

A política de remuneração aos acionistas é regida pelo Estatuto Social e pela Lei nº 6.404/76, sendo assegurado aos acionistas o pagamento de dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, após a destinação à reserva legal e às reservas para contingências, ajustado nos termos do artigo 202 da referida lei (Nota Explicativa nº 18.d).

No primeiro semestre de 2026, do lucro líquido de R\$ 29.881 mil, foram destinados: (i) R\$ 1.494 mil à constituição da reserva legal (5%); e (ii) R\$ 28.387 mil à reserva estatutária de lucros (Nota Explicativa nº 18).

Em 30 de junho de 2026, encontrava-se registrado no passivo, na rubrica Outras obrigações - Sociais e estatutárias (Nota Explicativa nº 14), o montante de R\$ 7.515 mil de juros sobre o capital próprio a pagar aos acionistas.

I) Política de Equidade

A Companhia adota política de equidade pautada pela igualdade de oportunidades e de tratamento entre gêneros nos processos de recrutamento, seleção, promoção e remuneração, mantendo ambiente de trabalho inclusivo, com código de conduta e canais de denúncia. Os indicadores previstos no § 6º do art. 133 da Lei nº 6.404/76, incluído pela Lei nº 15.177/2025, serão divulgados no Relatório da Administração relativo ao exercício social a encerrar-se em 31 de dezembro de 2026, a ser submetido à Assembleia Geral Ordinária, na forma e periodicidade estabelecidas pela referida norma.

J) Gerenciamento Contínuo e Integrado de Riscos e de Capital

Em consonância com as prescrições da Resolução CMN nº 4.557/17, elegemos setores para atuarem no controle dos diversos riscos previstos no citado normativo, representados por risco de crédito, risco de mercado, risco operacional, risco de liquidez, risco social, risco ambiental, risco climático, risco de gerenciamento de capital, entre outros, e contamos com um Diretor investido como responsável pelo assunto (CRO), presente que centralizamos essas

atividades no Banco, envolvendo ainda a controlada Bari Cia Hipotecária. Testes de estresse são realizados semestralmente, de forma a prevenir eventos com severidade que possam derivar de cenários pouco comuns. Conquanto estejamos desobrigados de criar um Comitê para acompanhamento da evolução dos diversos riscos, conforme indicado na resolução acima para entidades em que nos inserimos, de classe S4, instituímos uma Comissão para executar tal tarefa, que tem a presença, entre outros técnicos, de todos os diretores e reuniões trimestrais. Entre os temas a serem ali avaliados encontra-se a RAS, uma grade, instituída pela citada Resolução CMN Nº 4.557, com 11 (onze) indicadores de performance, no nosso caso, em que constam os riscos toleráveis em operações distintas. Realçamos, a respeito do indicador referente a risco socioambiental e climático, que elaboramos política para nortear nossas ações pertinentes, considerando a sua relevância no contexto atual, em que sobressai a necessidade de prevenir os efeitos do aquecimento climático e intempéries daí decorrentes.

K) Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento do Terrorismo (PLD/FT)

O Banco e suas controladas Bari Hipotecária e Bari Securitizadora têm suas atividades no particular definidas em política, que apresenta como objetivo formalizar as diretrizes e definir os papéis e responsabilidades para prevenir a utilização das empresas do Conglomerado Prudencial Bari (Conglomerado) em práticas de lavagem de dinheiro, de financiamento do terrorismo e financiamento da proliferação de armas de destruição em massa, em conformidade com as exigências legais e regulamentares específicas constantes na Lei nº 9.613, de 03 de março de 1998, e complementos, Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016, Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021, Circular BACEN nº 3.978, de 23 de janeiro de 2020, Carta-Circular BACEN nº 4.001, de 29/01/2020 e pelas Normas emitidas pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF. Este tema vem ganhando proeminência, na atualidade, frente a diversas ocorrências em mercado que recomendam atenção diferenciada de prevenção a esse respeito.

L) Outras Informações Regulatórias — Índice de Basileia

A Companhia detém capital social totalmente subscrito e integralizado de R\$ 165.000 mil, superior ao mínimo exigido pela Resolução CMN nº 2.099/94 e adequado ao crescimento planejado de suas operações. O Índice de Basileia, apurado de forma combinada no âmbito do Conglomerado Prudencial Bari, nos termos da regulamentação em vigor, atingiu 20,98% em 30 de junho de 2026, confortavelmente acima do mínimo regulatório exigido pelo Banco Central do Brasil (Nota Explicativa nº 24).

Agradecimentos

Considerando o exposto, a Administração do Banco Bari vem agradecer aos acionistas, clientes, fornecedores, e parceiros a confiança depositada e ressaltar o desempenho de nossos colaboradores, a demonstrar pleno engajamento na construção de um banco moderno e competitivo.

Curitiba, 24 de agosto de 2026.

Rodrigo Oliveira de Araújo Pinheiro
Diretor Presidente



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua Verbo Divino, 1400 - Conjunto Térreo ao 801 – parte,

Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil

Telefone 55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Ao Conselho de administração e Acionistas do

Banco Bari S.A.

Curitiba/ PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Bari S.A. (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras do Banco Bari S.A. em 30 de junho de 2026, foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria.

Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de agosto de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6



Marco Antonio Pontieri
Contador CRC 1SP153569/O-0

Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A.

Balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo	Nota	30/06/2026	31/12/2025	Passivo	Nota	30/06/2026	31/12/2025
Disponibilidades	5	3.499	1.796	Depósitos e demais instrumentos financeiros		1.714.140	1.469.120
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	143.570	93.977	Depósitos	12.a	496.321	547.457
Instrumentos financeiros		1.707.420	1.452.012	Depósitos à vista		19.233	25.376
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		155.415	102.947	Depósitos a prazo		477.065	462.142
Carteira própria	6.a	146.514	89.294	Depósitos interfinanceiros		-	59.903
Vinculados a garantia de operações	6.b	541	1.810	Outros depósitos		23	36
Instrumentos financeiros derivativos	6.c	8.360	11.843	Recursos de aceites de emissão de títulos	12.b	1.217.819	921.663
Operações de crédito		1.493.735	1.306.914	Recursos de letras imobiliárias e hipotecárias		990.719	887.539
Operações de crédito - setor privado	7	1.535.704	1.345.649	Letra financeira		227.100	34.124
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito	7	(41.969)	(38.735)	Relações interfinanceiras	13	909	1.286
Outros ativos financeiros		58.270	42.151	Obrigações por empréstimos e repasses		400	-
Outros ativos financeiros	8	58.321	42.227	Arrendamento		400	-
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito	8	(51)	(76)	Instrumentos financeiros derivativos		2.235	-
Ativos fiscais diferidos	23	45.139	47.406	Outras obrigações		95.626	43.176
Outros ativos		29.993	27.157	Cobrança e arrecadação de títulos assemelhados		2.613	547
Outros ativos	9	30.967	28.251	Sociais e estatutárias	14	8.063	710
Provisão para impairment	9	(974)	(1.094)	Fiscais e previdenciárias	15	9.002	6.527
Permanente		103.565	92.514	Diversas	16	75.948	35.392
Investimentos	10	98.257	85.518	Patrimônio líquido	18	219.876	201.280
Imobilizado de uso		1.966	1.665	Capital Social	18.a	165.000	120.000
Outras imobilizações de uso		3.799	3.350	Aumento de capital		-	45.000
Depreciações acumuladas		(1.833)	(1.685)	Reservas de lucros		55.152	34.287
Intangível		3.342	5.331	Ajustes de avaliação patrimonial		(276)	1.993
Ativos intangíveis	11	53.762	53.710	Total do passivo		2.033.186	1.714.862
Amortizações acumuladas	11	(50.420)	(48.379)				
Total do ativo		2.033.186	1.714.862				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A.

Demonstrações de resultados

Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	Nota	30/06/2026	30/06/2025
Receitas da intermediação financeira		<u>168.504</u>	<u>135.458</u>
Operações de crédito		150.964	123.736
Resultado com títulos e valores mobiliários	6.b	15.609	6.110
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	6.b	1.931	5.612
Despesas da intermediação financeira		<u>(115.357)</u>	<u>(87.783)</u>
Operações de captação no mercado	12.c	(105.574)	(80.001)
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito	7.b	(9.783)	(7.782)
Resultado bruto da intermediação financeira		<u>53.147</u>	<u>47.675</u>
Outras receitas (despesas) operacionais		<u>(17.266)</u>	<u>(23.428)</u>
Receita de prestação de serviços	20	5.516	4.692
Despesas de pessoal		(3.787)	(3.464)
Outras despesas administrativas	22	(28.326)	(28.806)
Despesas tributárias	21	(3.894)	(3.356)
Resultado de equivalência patrimonial	10	13.337	7.508
Outras receitas operacionais		1.207	1.392
Outras despesas operacionais		(1.319)	(1.394)
Resultado operacional		<u>35.881</u>	<u>24.247</u>
Resultado antes da tributação sobre o lucro		<u>35.881</u>	<u>24.247</u>
Imposto de renda e contribuição social	23	(5.999)	(5.549)
Provisão para imposto de renda		(1.868)	(2.209)
Provisão para contribuição social		(1.541)	(1.809)
Ativo fiscal diferido		(2.590)	(1.531)
Lucro líquido do período		<u><u>29.882</u></u>	<u><u>18.698</u></u>
Quantidade de ações		165.000	104.500
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$ 1		0,1811	0,1789

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

(Valores expressos em milhares de Reais)

	30/06/2026	30/06/2025
Lucro líquido do período	<u>29.882</u>	<u>18.698</u>
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado	(2.268)	(1.136)
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	44	4.380
Hedge de fluxo de caixa - parcela efetiva das mudanças do valor justo	(4.168)	(6.446)
Imposto de renda e contribuição social	<u>1.856</u>	<u>930</u>
Resultado abrangente total	<u><u>27.614</u></u>	<u><u>17.562</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

(Valores expressos em milhares de Reais)

Nota	Capital Social	Aumento de capital	Reserva de Lucros			Lucros / Prejuízos Acumulados	Total
			Legal	Estatutária	Outros resultados abrangentes		
Saldos em 1 de janeiro de 2025	104.500	-	7.910	44.912	5.827	-	163.149
Ajustes ao valor de mercado - Títulos e valores mobiliários e hedge de fluxo de caixa	-	-	-	-	(3.492)	-	(3.492)
Aumento de capital	15.500	-	-	(1.290)	-	-	14.210
Aumento de capital homologado	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	18.698	18.698
Destinações:							
Reserva legal	-	-	935	-	-	(935)	-
Reserva para integridade do Patrimônio Líquido	-	-	183	17.580	-	(17.763)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(4.300)	-	-	(4.300)
Saldos em 30 de junho de 2025	120.000	-	9.028	56.902	2.335	-	188.265
Mutações do semestre	15.500	-	1.118	11.990	(3.492)	-	25.116
Saldos em 1 de janeiro de 2026	120.000	45.000	9.867	24.421	1.992	-	201.280
Ajustes ao valor de mercado - Títulos e valores mobiliários e hedge de fluxo de caixa	-	-	-	-	(2.268)	-	(2.268)
Aumento de capital	45.000	(45.000)	(1.288)	1.288	-	-	-
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	29.882	29.882
Destinações:							
Reserva legal	-	-	1.494	-	-	(1.494)	-
Reserva para integridade do Patrimônio Líquido	-	-	-	28.388	-	(28.388)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(9.017)	-	-	(9.017)
Saldos em 30 de junho de 2026	165.000	-	10.073	45.080	(276)	-	219.876
Mutações do semestre	45.000	(45.000)	206	20.659	(2.268)	-	18.596

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Semestre findo em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	30/06/2026	30/06/2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do semestre		29.882	18.698
Ajustes para:			
Depreciações e amortizações		2.248	5.282
Equivalência patrimonial	10	(13.337)	(7.508)
Resultado com instrumentos derivativos	6.b	(1.931)	(3.623)
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito	7.b	9.783	7.782
Provisão (reversão) para outros ativos financeiros		(12)	19
Provisão (reversão) para outros ativos		(68)	1.008
Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	17.c	239	(83)
Lucro na venda ativo imobilizado		(59)	-
Provisão para imposto de renda e contribuição social	23	3.409	(1.649)
Provisão para imposto de renda e contribuição social diferido	23	2.590	(3.900)
Participação dos empregados		295	247
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Títulos e valores mobiliários		(50.538)	2.465
Operações de crédito		(196.604)	(92.656)
Outros ativos financeiros		(18.099)	(5.574)
Outros ativos		(2.768)	(3.054)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Depósitos a vista e a prazo		8.780	(43.580)
Depósitos interfinanceiros		(59.916)	-
Recursos de letras imobiliárias e hipotecárias		103.180	66.880
Instrumentos derivativos		2.235	-
Relações interfinanceiras		(377)	(1.843)
Cobrança e arrecadação de títulos assemelhados		2.066	257
Obrigações sociais e estatutárias		(1.959)	(1.069)
Obrigações fiscais e previdenciárias		17	533
Outras obrigações		40.317	13.473
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(951)	3.075
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades operacionais		(141.578)	(44.820)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Ajustes em investimentos adoção do nova norma		-	1.835
Aquisições de imobilizado		(109)	(62)
Adições ao intangível		(52)	(4.607)
Alienação do imobilizado		59	(158)
Baixa do intangível		-	9
Caixa líquido (aplicado)/gerado nas atividades de investimentos		(102)	(2.983)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Letra financeira		192.976	-
Pagamento de juros sobre o capital próprio e dividendos		-	(18.211)
Aumento de capital	18	-	14.210
Caixa líquido (aplicado)/gerado na atividades de Financiamentos		192.976	(4.001)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		51.296	(51.804)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	5	95.773	146.491
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	5	147.069	94.687

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

O Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A. (“Banco”), constituído sob a forma de banco múltiplo, com duas carteiras: a) Investimentos; e b) crédito, financiamento e investimentos, atua com ênfase no crédito pessoal e servidores públicos de estados e municípios, beneficiários do INSS com desconto consignado em folha de pagamento, representando parcela preponderante do total de créditos, a que se somam empréstimos a pessoas físicas e jurídicas com e sem garantias de bens, cartão de crédito e empréstimos para capital de giro. As operações de crédito consignado mostram a postura conservadora da sociedade, com concentração em convênios com órgãos públicos que não apresentaram atrasos nos repasses dos descontos efetuados e consequente nível reduzido de inadimplência. Está localizado na Av. Sete de Setembro, nº 4781, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, Brasil.

2 Apresentação e base de elaboração das demonstrações financeiras

a. Base de elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), estão em conformidade com as diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional), nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) e Resolução BCB nº 2/2020, incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09.

b. Adoção de novas normas

As Instruções Normativas BCB nºs 537 a 543, de novembro de 2024, que reestruturaram os roteiros e as rubricas do Padrão Contábil COSIF, passaram a ter sua aplicação observada para os períodos de reporte iniciados a partir de 1º de janeiro de 2026. O Banco realizou as adequações técnicas necessárias em seus sistemas contábeis, registrando os ativos e passivos financeiros em conformidade com o novo elenco de contas.

No âmbito tributário, a partir de janeiro de 2026, teve início a contabilização e a exclusão da base de cálculo do Lucro Real e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) do estoque de perdas incorridas de créditos inadimplidos em 31 de dezembro de 2024, no prazo de 84 ou 120 avos condicionados, nos termos da Lei nº 14.467/2022 e da Lei nº 15.078/2024. O Banco passou a efetuar os devidos ajustes na apuração, em conformidade com o regramento vigente.

No tocante às regras com aplicação futura, destaca-se a Resolução CMN nº 5.100/2023 que postergou a obrigatoriedade dos requisitos aplicáveis às relações de proteção (contabilidade de hedge) previstos na Resolução CMN nº 4.966/2021, de 1º de janeiro de 2025 para 1º de janeiro de 2027. Adicionalmente, destacam-se a Resolução CVM nº 237/2025, que aprova o Pronunciamento Técnico CPC 51 (Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis), e a Resolução CVM nº 238/2025, que aprova o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 28. Ambas possuem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027, e a Administração está avaliando os efeitos da adoção destas Resoluções nas demonstrações contábeis.

Foi publicada pelo Banco Central do Brasil em dezembro de 2021 a Resolução CMN nº 4.975 que estabelece a observância ao Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 06 (R2) – Arrendamentos, no reconhecimento, na mensuração, na apresentação e na divulgação de operações de arrendamento mercantil, e que passou a vigorar em 1º de janeiro de 2025.

Em relação à governança, em novembro de 2025 foi publicada a Resolução Conjunta nº 18, referente à política de qualidade das informações prestadas na esfera de atuação do Banco Central do Brasil, com prazo de adequação até 31 de dezembro de 2026. Ao longo de 2026, o Banco deverá estruturar e aprovar a Política de Qualidade das Informações, contemplando critérios de medição de qualidade, fluxos de tratamento de incidentes, responsabilidades e mecanismos de governança, com implementação gradual.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião de 24 de agosto de 2026.

c. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação das informações financeiras, a Administração utiliza julgamento, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas; elas são revisadas continuamente e os impactos de eventuais mudanças são reconhecidos prospectivamente.

No que se refere especificamente à matéria tributária, os principais julgamentos e fontes de incerteza envolvem:

- Classificação e mensuração de ativos e passivos fiscais diferidos, cujo reconhecimento depende das alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e a liquidação do passivo;
- Ativo fiscal diferido: sua expectativa de realização é fundamentada em projeções de lucros tributáveis futuros e em outros estudos técnicos, constituindo uma das estimativas com maior potencial de impacto material sobre os valores dos ativos e passivos em exercícios futuros;
- Provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, calculada com base no lucro tributável e na base de cálculo apurados no período, sujeitos a interpretações da legislação tributária vigente.

3 Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pelo Banco na elaboração das demonstrações financeiras são:

a. Moeda funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Banco. Todas as informações apresentadas em Real foram arredondadas para a unidade de milhar mais próxima, exceto quando indicado de outra forma.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, de acordo com a Resolução CMN nº 3.604/08, estão representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com prazo de até 90 dias, que possuem conversibilidade imediata em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor de mercado.

Entre os recursos disponíveis com essas características, são classificados como equivalentes de caixa somente aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável.

c. Apuração do resultado

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, “*pro rata*” dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

d. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo valor justo acrescidos dos custos e receitas diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os ativos financeiros são mensurados com base no modelo de negócios para gestão de ativos financeiros e nas características contratuais dos fluxos de caixa (teste de somente principal e juros - Teste SPPJ), conforme a relação a seguir:

- (i) Ativos financeiros subsequentemente mensurados ao custo amortizado quando o ativo financeiro é gerido dentro do modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros com o fim de receber os respectivos fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamento de principal e juros;
- (ii) Ativos financeiros subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, quando o ativo financeiro é gerido dentro do modelo de negócios cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixas contratuais quanto pela venda de ativos financeiros com transferência substancial de riscos e benefícios, constituídos apenas por pagamento de principal e juros; e
- (iii) Ativos financeiros subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado quando não atendem aos critérios descritos acima.

Os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, exceto i) derivativos; ii) passivos financeiros gerados em operações que envolvam empréstimo ou aluguel de ativos financeiro; iii) passivos financeiros gerados pela transferência de ativo financeiro; iv) compromissos de crédito e créditos a liberar; e v) garantias financeiras prestadas.

Hierarquia do valor justo

Valor justo é o valor pelo qual um ativo pode ser vendido, ou um passivo liquidado, entre partes independentes com conhecimento do negócio e interessadas, em condições competitivas e normais de mercado, na data da avaliação.

Os instrumentos financeiros são mensurados segundo a hierarquia de valor justo descrita a seguir:

- Nível 1: Preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Incluem títulos públicos, ações de empresas listadas, posições compradas/vendidas, futuros e cotas de fundos de investimentos com liquidez imediata.
- Nível 2: Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável. Incluem derivativos de balcão e cotas de fundos de investimentos sem liquidez imediata.
- Nível 3: Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. O Banco não reclassificou seus instrumentos financeiros no período.

Instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos)

As operações com derivativos, representados por operações de swap, são contabilizadas no balanço, e os valores-base dos respectivos contratos são contabilizados em contas de compensação. Os ajustes desses contratos de swap são apurados diariamente por tipo de ativo e os respectivos vencimentos são reconhecidos no resultado do período, seja semestre e/ou exercício.

A metodologia aplicada para mensuração do valor de mercado (valor provável de realização) dos instrumentos financeiros derivativos é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, os dados divulgados pelas diversas associações de classe e as bolsas de valores, mercadorias e futuros, aplicáveis à data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira desses itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados.

Os instrumentos derivativos, designados como parte de estrutura de proteção de riscos (“hedge”) são classificados como “hedge” de fluxo de caixa. A parcela efetiva da valorização ou desvalorização dos instrumentos financeiros derivativos é registrada em contrapartida conta destacada no patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários e só é transferida para o resultado em duas situações: (i) em caso de inefetividade do hedge, ou (ii) na realização do objeto do hedge. A parcela não efetiva do respectivo hedge é reconhecido diretamente no resultado.

Operações de crédito, depósitos, captações no mercado aberto e recursos de aceites e emissão de títulos

As principais operações de crédito do Banco são compostas por operações de crédito consignado com descontos em folha de pagamento e empréstimos a pessoas físicas.

As operações de crédito, depósitos, captações no mercado aberto e recursos de aceites e emissão de títulos tem suas receitas ou despesas reconhecidas no resultado pró-rata-day, sendo que as operações que possuem receitas ou despesas diretamente atribuídas são apuradas com base na taxa de juros efetiva (“modelo padrão”) nos termos do Art. 72 da Resolução BCB nº 352/2023.

e. Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito

A provisão para perdas esperadas do Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A. é constituída com base na metodologia simplificada, de acordo com os critérios estabelecidos na Resolução BCB nº 352/2023 para seus ativos financeiros.

O Banco considera os prazos de vencimentos e os percentuais mínimos estabelecidos nos Artigos 76 a 78 para constituição de provisão para perdas incorridas (ativos inadimplidos) e para constituição de provisão adicional. Adicionalmente classificou os ativos financeiros em C1 a C5 considerando o tipo do produto e as garantias das operações conforme determinado pelo Art. 81 da Resolução BCB nº 352/2023.

Em consonância com o Art. 3º, §§ 2º a 4º, da Resolução BCB nº 352/2023, o ativo financeiro é caracterizado como problemático quando ocorre atraso superior a 90 dias no pagamento de principal ou encargos, ou quando há indicativo de que a obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou colaterais, tais como deterioração da capacidade financeira da contraparte, reestruturação do ativo financeiro, falência decretada, recuperação judicial ou extrajudicial da contraparte, medida judicial que limite, atrase ou impeça o cumprimento da obrigação, redução significativa da liquidez do ativo ou concessão de desconto superior a 30% no saldo devedor. Adicionalmente, os contratos de crédito consignado são caracterizados como problemáticos quando o cliente perde a margem consignável, em decorrência de óbito, exoneração ou perda definitiva de margem, e a operação apresenta atraso superior a 30 dias.

O ativo financeiro deixa de ser caracterizado como problemático quando, cumulativamente, não há parcelas vencidas e há manutenção do pagamento tempestivo de principal, encargos e das demais obrigações contratuais por período suficiente para demonstrar melhora significativa na capacidade financeira da contraparte, observado o prazo mínimo de 2 meses consecutivos de adimplência, reduzido para 1 mês nos casos em que o cliente apresente apenas um episódio de inadimplência em seu histórico. Durante esse período de observação, é admitida tolerância de até 14 dias de atraso no pagamento da parcela.

De forma complementar, o Banco realiza *backtests* anuais considerando dados históricos, comparando as perdas observadas com os níveis de provisão mínimos constituídos, e caso seja identificada insuficiência, é realizado ajuste complementar (Provisão para Perdas Esperadas) em conformidade com o artigo 79, inciso III da Resolução BCB nº 352/2023.

O Banco efetua a baixa dos ativos financeiros para prejuízo quando a provisão para perdas chega no percentual de 100%.

f. Outros ativos

Correspondem, basicamente, a bens não de uso próprio e despesas antecipadas. Os bens não de uso referem-se a imóveis disponíveis para venda e as despesas antecipadas correspondem a benefícios que ocorrerão em períodos futuros.

g. Investimentos

Os investimentos em controladas foram avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Outros investimentos foram mantidos ao custo de aquisição, deduzidos, quando aplicável, da provisão para redução ao seu valor de realização.

h. Ativo imobilizado

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens do Banco.

É demonstrado pelo custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, mediante as aplicações das seguintes taxas anuais fixadas por espécie de bens. O saldo contábil do imobilizado não supera seu provável valor de recuperação e foi submetido a teste de *impairment*. As taxas de depreciação anuais são:

	Taxa - %
Equipamentos de informática	20%
Móveis, utensílios e equipamentos de uso	10%
Sistema de transporte	20%

i. Ativo intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Banco ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico, os quais estão demonstrados pelo custo de aquisição, ajustado por amortizações acumuladas, com taxas anuais como segue:

	Taxa - %
Gastos de aquisição e desenvolvimento de software	20% e 25%
Marcas e patentes	25%

O saldo contábil dos ativos intangíveis, registrados na rubrica de ativo intangível não superam seus prováveis valores de recuperação e foram submetidos a teste de *impairment*.

j. Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base “*pro-rata*” dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base “*pro-rata*” dia).

Os valores dos ativos não financeiros são revistos, no mínimo, semestralmente, na ocasião do levantamento do balanço, para determinar se há alguma indicação de perda por *impairment*.

k. Depósitos e captações no mercado aberto

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base “*pro rata*” dia.

l. Recursos de aceites e emissão de títulos

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base “*pro rata*” dia.

m. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (*Impairment*)

É reconhecida uma perda por *impairment* se o valor de contabilização de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por *impairment* são reconhecidas no resultado do período.

Os valores dos ativos não financeiros são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por *impairment*.

n. Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais estão de acordo com os critérios definidos na Carta Circular BACEN nº 3.429/10 e na Resolução CMN nº 3.823/09, esta que aprova o Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

- **Ativos Contingentes** - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.
- **Passivos contingentes** - são incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não são, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados se classificados como perda remota.
- **Provisões** - são reconhecidas quando, com base na opinião de assessores jurídicos e da Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa, se for provável uma saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos sejam mensuráveis com suficiente segurança. As ações relativas a causas trabalhistas, fiscais e cíveis classificadas como perda provável pelos assessores jurídicos e prováveis pela Administração são contabilizadas com base na expectativa de perda da administração e divulgadas em notas explicativas.
- **Obrigações legais** - fiscais e previdenciárias - referem-se às demandas judiciais ou administrativas onde estão sendo contestadas a legalidade ou constitucionalidade de tributos e contribuições, e são provisionadas somente com risco provável.
- **Depósitos judiciais** - são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões, em atendimento às normas do BACEN.

o. Provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240 mil, e a contribuição social sobre o lucro é calculada à alíquota de 20% no ano corrente de 2026. O uso de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, quando aplicável, limita-se a 30% do lucro real e da base de contribuição social correntes.

Tributo	Alíquota
Imposto de Renda	15%
Adicional de Imposto de Renda	10%
Contribuição Social sobre o Lucro	20%

Conforme a Instrução Normativa nº 2.315, de 23 de março de 2026, a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) terá aumento progressivo, passando de 9% até o limite de 20% em 2028, com vigência a partir de 1º de abril de 2026. Trata-se de evento normativo próximo à data-base, com efeitos relevantes sobre a mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos nos períodos subsequentes.

Impostos diferidos

Os créditos tributários e os passivos fiscais diferidos são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre os critérios contábil e fiscal, sobre os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, e sobre os ajustes a valor de mercado de títulos, valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos.

O reconhecimento desses ativos e passivos fiscais diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e a liquidação do passivo. A expectativa de realização do ativo fiscal diferido está fundamentada na projeção de lucros tributáveis futuros e em outros estudos técnicos que sustentam essa estimativa, constituindo um julgamento contábil relevante sujeito a revisão periódica.

Os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação com base na geração de lucros tributáveis futuros, conforme previsto na regulamentação vigente (Resolução BCB nº 2/2020 e Resoluções CMN nº 4.818/2020 e nº 4.910/2021).

Por se tratar de uma estimativa contábil, a expectativa de realização do ativo fiscal diferido está sujeita a revisão contínua: caso as projeções de lucros tributáveis futuros ou as alíquotas aplicáveis sejam alteradas (como ocorre com o cronograma de aumento progressivo da CSLL previsto na Instrução Normativa nº 2.315/2026), os impactos correspondentes são reconhecidos prospectivamente nas demonstrações financeiras.

p. Resultado recorrente e não recorrente

Resultado não recorrente é o resultado que esteja relacionado com as atividades atípicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O resultado recorrente corresponde às atividades típicas da instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Desta maneira de acordo com a Resolução BCB nº 2/2020 em seu artigo 34 e política de avaliação e mensuração de eventos não recorrentes do Banco assume-se que o lucro líquido do Banco no semestre findo em 30 de junho de 2026 no montante de R\$ 29.882 (em 30 de junho de 2025 no montante de R\$ 18.698), foi obtido exclusivamente com base em resultados recorrentes.

A administração declara que preparou as demonstrações financeiras no pressuposto de continuidade dos negócios e que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras do Banco, evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

q. Eventos subsequentes

Evento subsequente ao período a que se referem as demonstrações financeiras é aquele evento, favorável ou não, que ocorre entre a data final do período a que se referem as demonstrações financeiras e a data na qual é autorizada a emissão destas demonstrações.

Não houve eventos subsequentes que ocasionaram ajustes ou divulgações para as demonstrações financeiras encerradas no semestre em 30 de junho de 2026.

4 Classificação dos ativos e passivos financeiros

O Banco classificou seus ativos e passivos financeiros, para o balanço de 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, conforme demonstrado abaixo:

30 de junho de 2026			
	Custo Amortizado	Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes	Total
Ativos			
Disponibilidades	3.499	-	3.499
Aplicação Interfinanceira de liquidez	143.570	-	143.570
Títulos e valores mobiliários	-	147.055	147.055
Derivativos de Swap	-	8.361	8.361
Operações de crédito	1.535.704	-	1.535.704
Outros ativos financeiros	58.296	-	58.296
Total Ativos Financeiros	1.741.069	155.416	1.896.485
Passivos			
Depósitos	496.321	-	496.321
Recursos de aceites e emissão de títulos	1.217.819	-	1.217.819
Relações interfinanceiras	909	-	909
Obrigações por empréstimos e repasses	399	-	399
Derivativos de Swap	2.235	-	2.235
Total Passivos Financeiros	1.717.683	-	1.717.683
31 de dezembro de 2025			
	Custo Amortizado	Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes	Total
Ativos			
Disponibilidades	1.796	-	1.796
Aplicação Interfinanceira de liquidez	93.977	-	93.977
Títulos e valores mobiliários	-	91.104	91.104
Derivativos de Swap	-	11.843	11.843
Operações de crédito	1.345.649	-	1.345.649
Outros ativos financeiros	42.227	-	42.227
Total Ativos Financeiros	1.483.649	102.947	1.586.596
Passivos			
Depósitos	547.457	-	547.457
Recursos de aceites e emissão de títulos	921.663	-	921.663
Relações interfinanceiras	1.286	-	1.286
Total Passivos Financeiros	1.470.406	-	1.470.406

Segregação por hierarquia de valor justo

	<u>30/06/2026</u>	<u>31/12/2025</u>
	Nível 1	Nível 1
Títulos e valores mobiliários	147.055	91.104
Derivativos de Swap	8.361	11.843

5 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>30/06/2026</u>	<u>31/12/2025</u>
Depósitos bancários	312	531
Reservas livres	3.106	1.171
Disponibilidades em moeda estrangeira	81	94
Total de disponibilidades	<u>3.499</u>	<u>1.796</u>
Aplicações interfinanceiras de liquidez	<u>143.570</u>	<u>93.977</u>
Aplicação em Depósitos Interfinanceiros	46.644	501
Depósitos no Banco Central	96.926	93.476
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>147.069</u>	<u>95.773</u>

As aplicações interfinanceiras que possuem prazo de vencimento de até 90 dias e as que possuem como característica a possibilidade de liquidação ou resgate a qualquer momento sem prejuízo dos rendimentos auferidos até o momento do resgate foram consideradas como caixa e equivalentes de caixa. Estas estão demonstradas no quadro abaixo:

	<u>30/06/2026</u>		<u>31/12/2025</u>	
	Tx.	Curto prazo	Tx.	Curto prazo
Microcrédito	0,9615% a.a	501	0,9615% a.a	501
DI (pós) - Ligadas	100% do CDI	46.143	-	-
DI (pré)	14,15% a.a.	96.926	14,90% a.a	93.476
Total		<u>143.570</u>		<u>93.977</u>

6 Títulos e valores mobiliários e instrumentos derivativos

		<u>30 de junho de 2026</u>		
	Vencimento	Valor de mercado	Valor de curva	Ajuste a valor de mercado
Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes				
Letra Financeira do Tesouro – LFT (carteira própria)	01/09/2026 a 01/03/2028	144.945	144.870	75
Certificado de recebíveis imobiliários	17/12/2037 a 10/05/2043	1.569	1.970	(401)
Letra Financeira do Tesouro – LFT (valores em garantia de operações)	01/03/2028	541	541	0
Total		<u>147.055</u>	<u>147.381</u>	<u>(326)</u>

**Banco Bari de Investimentos
e Financiamentos S.A.**
*Demonstrações financeiras
referentes ao semestre findo
em 30 de junho de 2026*

		31 de dezembro de 2025		
	Vencimento	Valor de mercado	Valor de curva	Ajuste a valor de mercado
Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes				
Letra Financeira do Tesouro – LFT (carteira própria)	01/03/2026 a 01/09/2026	87.721	87.681	40
Certificado de recebíveis imobiliários	17/12/2037 a 10/05/2043	1.810	2.220	(410)
Letra Financeira do Tesouro – LFT (valores em garantia de operações)	01/03/2026	1.573	1.572	1
Total		91.104	91.473	(369)

a. Instrumentos financeiros derivativos

A carteira de instrumentos financeiros derivativos é formada integralmente por contratos de “swap”, envolvendo outras instituições financeiras, os quais estão registrados na Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos – B3. Esses contratos são utilizados visando à eliminação de parte do risco de oscilações de taxas de juros da carteira de captações (corrigida pelo IPCA e CDI respectivamente), conforme demonstrado a seguir:

30 de junho de 2026						
Contratos de Swap	Valor referencial	Diferencial a receber (pagar)	Posição ativa		Posição passiva	
			Acrual	MTM	Acrual	MTM
Ativos DI + x Passivos % DI (**)	150.000	(2.235)	157.533	162.468	157.802	164.703
Ativos DI x Passivos IPCA+ (**)	51.556	4.633	70.093	70.093	66.752	65.460
Ativos DI x Passivos Pré (**)	39.782	3.728	54.958	54.958	51.729	51.230
Total	241.338	6.125	282.584	287.519	276.283	281.394

31 de dezembro de 2025						
Contratos de Swap	Valor referencial	Diferencial a receber (pagar)	Posição ativa		Posição passiva	
			Acrual	MTM	Acrual	MTM
Ativos DI x Passivos IPCA+ (**)	65.612	6.027	83.487	83.487	79.840	77.460
Ativos DI x Passivos Pré (**)	73.470	5.816	96.949	96.949	92.745	91.133
Total	139.082	11.843	180.436	180.436	172.585	168.593

(*) Instrumento financeiro classificado como *hedge* de fluxo de caixa, tendo a variação da marcação a mercado contabilizada diretamente no patrimônio líquido, onde os objetos do *hedge* são certificados de depósito bancário e letras de crédito imobiliário.

O valor justo para os instrumentos financeiros derivativos é determinado através de cotações para preço de mercado. Os preços atuais de mercado são usados para precificar as volatilidades. Para os derivativos que não têm preços diretamente divulgados por bolsas, o preço justo é obtido por meio de modelos de apuração que utilizam informações de mercado, inferidas, a partir de preços divulgados de ativos de maior liquidez. Destes preços são extraídas as curvas de juros e as volatilidades de mercado que servem de dados de entrada para novos modelos.

O Banco tem como política a eliminação de parte do risco de mercado, evitando assumir posições expostas a flutuações nas taxas de juros e operando apenas com instrumentos que permitam o controle dos riscos.

Efetividade do <i>hedge</i>	30/06/2026	31/12/2025
Contratos de swap firmados em outras instituições financeiras, registrados na B3		
Valor do instrumento de “ <i>hedge</i> ”	282.584	180.436
Valor do objeto de “ <i>hedge</i> ”	114.562	223.296
Taxa de efetividade (*)	96,29%	123,75%

(*) A efetividade do *hedge* encontra-se em conformidade, de acordo com o estabelecido na Circular BCB nº 3.082.

b. Resultado com aplicações interfinanceiras, títulos e valores mobiliários e instrumentos derivativos

	30/06/2026	30/06/2025
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	6.488	6.100
Deságio na colocação de títulos	-	(1.012)
Resultado com títulos de renda fixa	9.161	1.989
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	1.931	4.635
Total	<u>17.540</u>	<u>11.722</u>

7 Operações de crédito e provisão para perda esperada associada ao risco de crédito

a. Composição da carteira de crédito, por tipo de operação (considerando saldos de prêmios e descontos):

	30 de junho de 2026		31 de dezembro de 2025	
	Carteira	Distrib.	Carteira	Distrib.
Cartão de crédito	1.723	0,11%	1.326	0,10%
Crédito pessoal e outros	1.187	0,08%	1.564	0,12%
Financiamento imobiliário empreendimento - aquisição	5.822	0,38%	3.493	0,26%
Financiamento imobiliário residencial - aquisição	97.808	6,37%	73.296	5,45%
Crédito pessoal consignado	408.856	26,62%	406.042	30,17%
Empréstimos com garantia	1.020.308	66,44%	859.928	63,90%
Total	<u>1.535.704</u>	<u>100,00%</u>	<u>1.345.649</u>	<u>100,00%</u>
Circulante	367.555		320.307	
Não circulante	1.168.149		1.025.342	

b. Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito

b.1 Movimentação da provisão para perda esperada associada ao risco de crédito

	30/06/2026	31/12/2025
Saldo no início do período	(38.735)	(35.072)
Constituição líquido de reversões	(9.783)	(6.943)
Créditos baixados para prejuízo	6.549	3.280
Saldo final do período/exercício	(41.969)	(38.735)
Circulante	(8.587)	(7.764)
Não Circulante	(33.382)	(30.971)

b.2 Recuperação de créditos baixados para prejuízo

Foram registrados na rubrica contábil “recuperação de créditos baixados como prejuízo”, no semestre findo em 30 de junho de 2026, o montante de R\$ 1.460 (R\$ 3.626 em 30 de junho de 2025).

b.3 Créditos refinanciados e reestruturados

Os refinanciamentos e/ou reestruturações são compostos pelas operações que se mantiveram ativas na carteira em cada data base.

	Refinanciamentos	
	30/06/2026	31/12/2025
Produto		
Crédito Consignado	70.814	126.863
Crédito Imobiliário	77.246	71.012
Cartão de Crédito	886	1.287
Total	148.946	199.162

Não ocorreram reestruturações no semestre findo em 30 de junho de 2026 e exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

b.4 Composição da carteira e provisão para perda esperada associada ao risco de crédito, por rating

O somatório da carteira de operações de crédito e o valor da respectiva provisão para perda esperada associada ao risco de crédito, sem considerar os valores de prêmios e descontos, em 30 de junho de 2026 estão segregados de acordo com as normas vigentes e assim representados:

30 de junho de 2026					
Ativos Não Problemáticos	C1	C2	C5	Valor	%
Zero a 14 dias	994.434	460	391.311	1.386.205	90,21%
15 a 30 dias	26.640	-	3.263	29.903	1,95%
31 a 60 dias	60.239	-	1.710	61.949	4,03%
61 a 90 dias	10.681	-	955	11.636	0,76%
Ativos Problemáticos inadimplidos					
Menor que 3 meses	13.992	2	3.405	17.399	1,13%
Igual ou menor que 3 e menor que 6 meses	2.505	-	2.393	4.898	0,32%
Igual ou menor que 6 e menor que 9 meses	5.168	-	2.421	7.589	0,49%
Igual ou menor que 9 e menor que 12 meses	1.284	-	1.820	3.104	0,20%
Igual ou maior que 12 meses	5.919	2	2.314	8.235	0,54%
Ativos Problemáticos não inadimplidos					
Menor que 90 dias	4.244	12	1.464	5.720	0,37%
Total	1.125.106	476	411.056	1.536.638	100%

**Banco Bari de Investimentos
e Financiamentos S.A.**
*Demonstrações financeiras
referentes ao semestre findo
em 30 de junho de 2026*

Carteira	Situação	Total a vencer	Vencidos	Perdas Esperadas Incorridas	Perdas Esperadas Adicionais
C1	Ativos Não problemáticos	1.087.286	4.708	-	18.105
C1	Ativos Problemáticos inadimplidos	24.288	4.580	9.338	1.299
C1	Ativos Problemáticos não inadimplidos	4.042	20	-	424
C2	Ativos Não problemáticos	460	-	-	6
C2	Ativos Problemáticos inadimplidos	2	2	2	-
C2	Ativos Problemáticos não inadimplidos	12	-	-	4
C5	Ativos Não problemáticos	396.794	445	-	2.826
C5	Ativos Problemáticos inadimplidos	8.805	3.548	8.772	411
C5	Ativos Problemáticos não inadimplidos	1.366	98	-	782
Total		1.523.055	13.583	18.112	23.857

31 de dezembro de 2025

Ativos Não Problemáticos	C1	C2	C5	Valor	%
Zero a 14 dias	810.414	555	387.789	1.198.758	89,01%
15 a 30 dias	33.875	-	3.654	37.529	2,79%
31 a 60 dias	44.276	-	1.411	45.687	3,39%
61 a 90 dias	10.617	-	539	11.156	0,83%
Ativos Problemáticos inadimplidos					
Menor que 3 meses	15.473	-	3.560	19.033	1,41%
Igual ou menor que 3 e menor que 6 meses	2.564	-	2.165	4.729	0,35%
Igual ou menor que 6 e menor que 9 meses	499	2	2.644	3.145	0,23%
Igual ou menor que 9 e menor que 12 meses	526	1	2.268	2.795	0,21%
Igual ou maior que 12 meses	7.779	-	2.448	10.227	0,76%
Ativos Problemáticos não inadimplidos					
Menor que 90 dias	12.100	18	1.645	13.763	1,02%
Total	938.123	576	408.123	1.346.822	100%

Composição de perdas associadas ao risco de crédito:

Carteira	Situação	Total a vencer	Vencidos	Perdas Esperadas Incorridas	Perdas Esperadas Adicionais
C1	Ativos Não problemáticos	892.985	3.950	-	15.011
C1	Ativos Problemáticos inadimplidos	23.410	3.431	7.948	1.139
C1	Ativos Problemáticos não inadimplidos	14.042	429	-	1.255
C2	Ativos Não problemáticos	549	-	-	8
C2	Ativos Problemáticos inadimplidos	1	1	1	-
C2	Ativos Problemáticos não inadimplidos	18	-	-	6
C5	Ativos Não problemáticos	392.767	512	-	2.639
C5	Ativos Problemáticos inadimplidos	9.367	3.715	9.419	431
C5	Ativos Problemáticos não inadimplidos	1.547	98	-	878
	Total	<u>1.334.686</u>	<u>12.136</u>	<u>17.368</u>	<u>21.367</u>

c. Cessão de crédito

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2026, o Banco não realizou operações de aquisição de créditos de terceiros, no entanto para operações ocorridas em períodos anteriores, auferiram rendas. Ainda, durante o período em questão, o Banco alienou parte da carteira de crédito por intermediação e estruturação pela parte relacionada, Bari Securitizadora S.A., através do patrimônio separado, para emissão de CRI. Esta operação não gerou resultados negativos ou positivos, e não resultou em valores pendentes de liquidação entre as partes.

	30/06/2026	30/06/2025
Rendas auferidas (-) revertidas	60	316
(-) Alienação de créditos	-	(12.387)

d. Concentração de créditos

	30/06/2026	31/12/2025
Dez maiores devedores	53.145	43.011
Percentual do total da carteira de operações de crédito	3,46%	3,20%
Cinquenta maiores seguintes	123.458	105.349
Percentual do total da carteira de operações de crédito	8,04%	7,83%

8 Outros ativos financeiros

	30/06/2026	31/12/2025
Circulante		
Títulos e créditos a receber	121	74
Valores a receber de sociedades ligadas	577	88
Adiantamentos ao FGC (d)	1.668	-
Adiantamentos e antecipações salariais	191	373
Outras rendas a receber	330	486
Impostos a recuperar (c)	5.416	2.608
Devedores por compra de valores e bens (a)	2.872	4.267
Serviços prestados a receber	2.139	4.626
Devedores diversos (b)	15.036	5.376
Provisão para perda associada ao risco de crédito (a)	(47)	(69)
Total	28.303	17.829
Não circulante		
Impostos a recuperar (c)	5.305	6.809
Adiantamentos ao FGC (d)	6.242	-
Dividendos e juros ao capital próprio a receber	14.286	13.690
Devedores por compra de valores e bens (a)	315	498
Devedores por depósitos em garantia	395	230
Devedores diversos (b)	3.428	3.102
Provisão para perda associada ao risco de crédito (a)	(4)	(7)
Total	29.967	24.322

- (a) Os valores inscritos em “Devedores por compra de valores e bens”, tanto no circulante como no não circulante, são representados em 30 de junho de 2026, líquidos de provisão para devedores duvidosos por: (i) R\$ 1.773 vendas parceladas de imóveis; (ii) R\$ 1.363 com característica de concessão de crédito para operações do cartão de crédito Bari (R\$ 4.689 em 31 de dezembro de 2025);

- (b) Os valores inscritos em “devedores diversos” estão representados por: (i) valores relativos a portabilidades, baixas de contratos por refinanciamentos no montante de R\$ 7.676 (R\$ 2.237 em 31 de dezembro de 2025); (ii) valores em contestação BariCard em R\$ 1.408 (R\$ 1.408 em 31 de dezembro de 2025); (iii) custas de pré-consolidação de imóveis no valor de R\$ 1.950 (R\$ 1.645 em 31 de dezembro de 2025); (iv) R\$ 7.053 relativos a saldos não processados de custos de origemação (R\$ 2.916 em 31 de dezembro de 2025) e (v) R\$ 377 saldos pulverizados (R\$ 272 em 31 de dezembro de 2025);
- (c) Referem-se a valores de impostos e contribuições (IOF, IRRF, PIS, COFINS, IRPJ e CSLL), que estão em processo de recuperação junto à Receita Federal, do qual aguardamos o deferimento / homologação dos pedidos já protocolados.
- (d) O FGC divulgou, em ofício FGC-260142 de 04 de março de 2026, a deliberação sobre a antecipação de contribuições ordinárias, com base no Estatuto do Fundo — especificamente os artigos 10, §2º, inciso II, e 28, §4º-C, que definiu que o Banco antecipasse o prazo de 60 meses de contribuição ordinária, encerrando o semestre em 30 de junho de 2026 no montante de R\$ 7.910.

9 Outros ativos

	30/06/2026	31/12/2025
Circulante		
Valores em estoque – Equipamentos de informática	-	48
Despesas antecipadas – Seguros, Taxa de fiscalização, IPVA e IPTU	62	3
Despesas antecipadas – Serviços técnicos especializados	902	1.144
Despesas antecipadas – Renovação contratual ELO	921	921
Despesas antecipadas – estoque plástico BariCard	266	676
Ativos não financeiros recebidos	6.988	7.535
Provisão para <i>impairment</i>	-	(120)
Total	9.139	10.207
Não circulante		
Despesas antecipadas – Renovação contratual ELO	2.534	2.995
Ativos não financeiros recebidos	19.294	14.929
Provisão para <i>impairment</i>	(974)	(974)
Total	20.854	16.950

Os critérios de classificação dos ativos não financeiros recebidos, para curto e longo prazo, são através de identificação da impossibilidade de venda do bem, seja por liminar judicial ou imóvel ocupado. Os laudos dos bens retomados são atualizados semestralmente na ocasião do balanço, sua mensuração é realizada pelo valor esperado de venda.

a. Movimentação de ativos não financeiros, líquido do valor recuperável

	30/06/2026	31/12/2025
Saldo inicial	21.370	20.726
Retomadas no período	11.431	19.454
Vendas no período	(7.172)	-(16.245)
Resultado na venda	(636)	(2.889)
Sobejo (troco na venda)	194	378
Reversão/Provisão para <i>impairment</i>	120	(54)
Saldo final	25.307	21.370

10 Investimentos

	Controladas		Outros	
	Bari Securitizadora S.A (a)	Bari Companhia Hipotecária (b)	Núcleo S.A (c)	30/06/2026
Informações sobre a controlada:				
Número de ações de capital	3.750.000	45.000.000		
Ativo total	19.579	697.688		
Lucro do período	2.914	10.596		
Patrimônio líquido:				
Capital social	3.750	45.000		
Reservas de lucros	3.449	46.392		
Ajuste a valor de mercado	(156)	16		
Total Patrimônio Líquido	7.043	91.408		
Informações sobre o investimento na controlada e Outros:				
Número de ações possuídas	3.712.000	44.550.000		
Percentual de participação (%)	99,00%	99,00%		
Movimentação dos investimentos no exercício:				Total
Saldo em 01 de janeiro de 2026	4.112	80.610	796	85.518
Dividendos propostos	-	(598)	-	(598)
Resultado de equivalência patrimonial	2.855	10.482	-	13.337
Saldo final do Semestre	6.967	90.494	796	98.257
Saldo final do exercício de 2025	4.112	80.610	796	85.518

- (a) Em 2017, o Banco, adquiriu 99% de participação societária, junto à empresa Bari Securitizadora S.A., com valor nominal de R\$ 1.337 (um milhão, trezentos e trinta e sete mil reais). A Bari Securitizadora tem como objeto social: (a) aquisição e securitização de recebíveis imobiliários; (b) a emissão e colocação no mercado financeiro de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI's) ou qualquer outro título de crédito que seja compatível com suas atividades, nos termos da Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997 e disposições legais subsequentes; e (c) a realização de negócios e prestação de serviços que sejam compatíveis com as atividades de securitização e emissão de títulos lastreados em créditos imobiliários.
- (b) Em setembro de 2011, o Banco Central do Brasil aprovou o funcionamento da Bari Companhia Hipotecária, na qual o Banco detém participação de 99% do capital. A Companhia, integrante do Sistema Financeiro de Habitação, tem por objetivo a realização de financiamentos para: a) aquisição, produção, reforma ou comercialização de imóveis residenciais ou comerciais e lotes urbanos; b) conceder empréstimos e financiamentos garantidos por alienação fiduciária de bens imóveis, com destinação diversa da que se refere o item anterior; c) repassar recursos destinados ao financiamento da produção ou da aquisição de imóveis residenciais ou comerciais, bem como todas as demais operações ativas, passivas e acessórias a que estão legalmente autorizadas às instituições da espécie.
- (c) Em agosto de 2023, a Núcleo S.A finalizou a incorporação da empresa CRT4 – Central de Registro de Ativos S.A., com a operação, o Banco Bari passou a ser acionista da CIP S.A., que tem como objeto social atividades de criação, desenvolvimento e a operação de sistemas relacionados, incluindo, mas não se limitando, à prestação de serviços com o fim de proporcionar (a) a transferência de fundos e de outros ativos financeiros, bem como de informações no âmbito do mercado financeiro nacional; e (b) o registro, processamento, a compensação e a liquidação de pagamentos em qualquer de suas formas, e o método de reconhecimento é por custo dada a inexistência de influência significativa.

11 Intangível

30 de junho de 2026			
	Gerados internamente	Adquirido de terceiros	Total
Gastos de aquisição e desenvolvimento de software			
Saldo em 01 de janeiro de 2026	50.957	2.753	53.710
Movimentação do custo			
Adição ao intangível no exercício	-	52	52
Custo em 30 de junho de 2026	50.957	2.805	53.762
Movimentação da amortização			
Amortização em 1º de janeiro de 2026	(46.046)	(2.333)	(48.379)
Amortização no semestre	(1.912)	(128)	(2.040)
Amortização em 30 de junho de 2026	(47.958)	(2.461)	(50.419)
Saldo contábil líquido:			
Em 30 de junho de 2026	2.999	344	3.343
31 de dezembro de 2025			
	Gerados internamente	Adquirido de terceiros	Total
Gastos de aquisição e desenvolvimento de software			
Saldo em 01 de janeiro de 2025	12.781	641	13.422
Movimentação do custo			
Valor total capitalizado em 1º de janeiro de 2025	50.957	2.657	53.614
Adição ao intangível no exercício	-	106	106
Baixas	-	(10)	(10)
Custo em 31 de dezembro de 2025	50.957	2.753	53.710
Movimentação da amortização			
Amortização em 1º de janeiro de 2025	(38.176)	(2.016)	(40.192)
Reclassificação saldos 1º semestre	-	231	231
Amortização exercício	(7.870)	(548)	(8.418)
Amortização em 31 de dezembro de 2025	(46.046)	(2.333)	(48.379)
Saldo contábil líquido:			
Em 31 de dezembro de 2025	4.911	420	5.331

12 Depósitos e demais instrumentos financeiros

a. Depósitos

Vencimento	à vista	à prazo	Interfinanceiros	Outros depósitos
Sem vencimento (a.1)	19.233	-	-	23
Até 3 meses	-	71.526	-	-
De 04 a 12 meses	-	96.114	-	-
Acima de 12 meses	-	309.425	-	-
Total - 30/06/2026	19.233	477.065	-	23
Circulante	19.233	167.640	-	23
Não Circulante	-	309.425	-	-
Total - 31/12/2025	25.376	462.142	59.903	36
Circulante	25.376	179.700	5.423	36
Não Circulante	-	282.442	54.480	-

(a) Apresentadas como “sem vencimento”, pois não existe data de vencimento contratual.

b. Recursos de aceites de emissão de títulos

Vencimento	Obrigações por emissão de letra de crédito imobiliário	Letra Financeira
Até 3 meses	104.516	-
De 04 a 12 meses	265.988	10.645
Acima de 12 meses	620.215	216.455
Total - 30/06/2026	990.719	227.100
Circulante	370.504	10.645
Não Circulante	620.215	216.455
Total - 31/12/2025	887.539	34.124
Circulante	371.499	-
Não Circulante	516.040	34.124

c. Reconciliação das despesas de captação com o resultado

	30/06/2026	30/06/2025
Despesa de depósito interfinanceiros	(1.585)	-
Despesas de depósitos a prazo	(34.967)	(35.275)
Despesas de operações compromissadas	-	(8)
Despesas de letra de crédito imobiliário	(57.571)	(43.971)
Despesas com letra financeira	(10.590)	
Contribuição ao Fundo Garantidor de Crédito	(861)	(746)
Total	(105.574)	(80.001)

13 Relações interfinanceiras

	30/06/2026	31/12/2025
Circulante		
Transações de pagamento – cartão de crédito	909	1.286
Total	909	1.286

14 Obrigações sociais e estatutárias

	30/06/2026	31/12/2025
Circulante		
Participações no resultado	548	633
Total	548	633
Não Circulante		
Juros sobre capital próprio a pagar	7.515	77
Total	7.515	77

15 Outras obrigações – Fiscais e previdenciárias

	30/06/2026	31/12/2025
Circulante		
Impostos e Contribuições sobre Lucros	3.409	-
Impostos diferidos	3.757	4.152
Cofins	600	426
Impostos e contribuições sobre salários	175	244
IRRF	267	196
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	234	167
Pis	98	69
IRRF s/ resgates de renda fixa	353	62
ISS	71	34
Total	8.964	5.350
Não Circulante		
Impostos diferidos	38	1.177
Total	38	1.177

16 Outras obrigações - Diversas

	30/06/2026	31/12/2025
Circulante		
Credores diversos - país (a)	60.603	28.130
Outras provisões	12.712	5.011
Provisão para contingência (nota 17)	230	663
Despesas de pessoal	741	564
Total	74.286	34.368
Não circulante		
Credores diversos - país (a)	758	642
Provisão para contingência (nota 17)	904	382
Total	1.662	1.024

(a) Referem-se a:

- (i) contratos a liberar e a compra de carteira no montante de R\$ 51.648 (R\$ 21.634 em 31 de dezembro de 2025);
- (ii) parcelas de operações de crédito (imobiliário e consignado) recebidas, as quais são conciliadas e baixadas no mês subsequente no montante de R\$ 7.079 (R\$ 5.540 em 31 de dezembro de 2025);
- (iii) cessão de crédito a pagar no montante de R\$ 284 (R\$ 415 em 31 de dezembro de 2025);
- (iv) outras despesas acessórias a pagar no montante de R\$ 1.332 (R\$ 671 em 31 de dezembro de 2025);
- (v) seguros a repassar à seguradoras no montante de R\$ 114 (R\$ 158 em 31 de dezembro de 2025); e
- (vi) outros credores pulverizados R\$ 754 (R\$ 353 em 31 de dezembro de 2025).

17 Ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias

a. Ativos contingentes

No semestre findo em 30 de junho de 2026 não foram reconhecidos ativos contingentes, assim como não existem processos classificados como prováveis de realização.

b. Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

Os valores dos riscos são provisionados considerando o histórico de perda por natureza e as análises individuais dos processos realizadas pelos assessores jurídicos internos e externos, que classificam os processos, por potencial de perda, provável, possível e remoto. Para os processos classificados com risco de perda provável o Banco efetua provisão de 100% dos saldos do risco de perda dos processos.

c. Provisão constituída e as respectivas movimentações no período

Em 30 de junho de 2026, o Banco possui contabilizada provisões para ações cíveis no montante de R\$ 834 (R\$ 1.045 em 31 de dezembro de 2025) e trabalhistas no montante de R\$ 300 (não há valores comparativos em 31 de dezembro de 2025), os valores estão registrados na rubrica “Outras obrigações - Diversas”, conforme movimentação demonstrada abaixo:

	30 de junho de 2026				
	Saldo em 31/12/2025	Constituição	Reversão	Pagamentos	Saldo em 30/06/2026
Cíveis	1.045	326	(320)	(217)	834
Trabalhista	-	300	-	-	300
Total - 30/06/2026	1045	626	(320)	(217)	1.134
Total - 31/12/2025	952	650	(494)	(63)	1.045

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, não existiam processos de natureza fiscal com risco de perda classificado como provável.

d. Passivos contingentes

Os passivos contingentes classificados como risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente e estão representados, em 30 de junho de 2026, por processos de natureza cível e totalizaram R\$ 1.701. (Processo de natureza cível no valor de R\$ 1.884 em 31 de dezembro de 2025).

O Banco não possui processos de natureza trabalhistas classificados como risco de perda possível em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025.

Não há processos de natureza fiscal classificados como risco de perda possível, para o semestre findo em 30 de junho de 2026 e exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

e. Cronograma de estimativa de desembolso das provisões:

Provisões	2027	2028	acima de 2028
Cíveis	230	586	18
Trabalhistas	-	-	300
Total	230	586	318

18 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, o capital social é composto por 165.000.000 ações, destas 162.000.000 são ações ordinárias e nominativas e 2.400.000 ações preferenciais nominativas, que correspondem ao montante de R\$ 165.000 sendo R\$ 162.600 em ações ordinárias e nominativas e R\$ 2.400 em ações preferenciais nominativas e resgatáveis, entre valores integralizados e em processo de homologação junto ao Banco Central, conforme demonstrado a seguir:

Acionistas	Participação %	Ações Ordinárias (R\$)	Ações Preferenciais - Classe A (R\$)	Ações Preferenciais - Classe C (Aumento de Capital em Homologação) (R\$)	Total ações (R\$)
Ivo Luiz Roveda	24,19%	29.024.313	-	10.884.117	39.908.430
Rodrigo Oliveira de Araújo Pinheiro	19,60%	23.520.000	-	8.820.000	32.340.000
Antônio Bordin Neto	18,80%	22.559.433	-	8.459.786	31.019.219
Carla Bordin	11,83%	14.190.070	-	5.321.277	19.511.347
Claudia Bordin Roveda	11,83%	14.190.070	-	5.321.277	19.511.347
Enio Fomea Junior	11,76%	14.116.114	-	5.293.543	19.409.657
Evaldo Leandro Perussolo	2,00%	-	2.400.000	900.000	3.300.000
Total	100,00%	117.600.000	2.400.000	45.000.000	165.000.000

a.1 Aumento de capital e criação de ações preferenciais classe "C"

Em 01 de abril de 2025, os acionistas deliberam um aumento de capital, integralizados em moeda corrente, no montante de R\$ 15.500, com emissão de 15.190.000 ações ordinárias e nominativas e 310.000 ações preferenciais nominativas. O referido aumento foi homologado pelo Banco Central do Brasil em 28 de abril de 2025.

Em 17 de dezembro de 2025, os acionistas deliberaram um aumento de capital, integralizado em moeda corrente, com protocolo junto ao Banco Central, com a criação de ações preferenciais Classe C, na quantidade de 45.000.000, no montante de R\$ 45.000 (quarenta e cinco milhões de reais). Os recursos originários para esse aumento são compostos de R\$ 38.400 com dividendos deliberados na 51ª AGE e R\$ 6.600 com juros sobre capital próprio, conforme item "a" da referida 52ª AGE.

b. Reserva legal

Conforme determina o art. 193 da Lei nº 6.404/76, 5% (cinco por cento) do lucro líquido será aplicado na constituição de reserva legal, antes de qualquer outra destinação, até o limite de 20% do capital social integralizado, podendo ser utilizada para futuro aumento de capital social e/ou compensação de prejuízos acumulados, em 30 de junho de 2026 no montante de R\$ 10.072.

c. Reserva estatutária

A reserva estatutária em 30 de junho de 2026 no montante de R\$ 45.081 refere-se à reserva para integridade do patrimônio líquido, que tem por fim assegurar recursos para atender às necessidades regulatórias e operacionais de valor de patrimônio líquido do Banco, podendo ser convertida em capital social por deliberação em assembleia, observado o limite do capital autorizado, e será formada, observada proposta dada em assembleia, com até 100% do lucro líquido que remanescer após as destinações para reserva legal e dividendo mínimo obrigatório, não podendo ultrapassar o valor do capital social.

d. Dividendos e juros sobre capital próprio

O estatuto social determina que seja assegurado aos acionistas o pagamento do dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, após a destinação da reserva legal e das reservas para contingências, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº. 6.404/76, das Sociedades por Ações.

d.1 Conciliação de valores de JCP a pagar

	a) Distribuição de JCP em 31/12/2025	b) Distribuição de JCP em 30/06/2026
Valor provisionado	14.352	9.017
(-) IRRF	<u>(2.152)</u>	<u>(1.578)</u>
Valor líq. a pagar	12.200	7.439
(-) Valores pagos no período	<u>(12.123)</u>	<u>-</u>
Total a pagar	<u>77</u>	<u>7.439</u>
Resumo do total a pagar	<u>7.515</u>	-

Deliberado por:

(a) AGE 51ª e 52ª.

d.2 Cálculo para constituição de dividendos mínimos obrigatórios

	30/06/2026	30/06/2025
Cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios (6%)		
Lucro líquido do período	29.881	18.698
Reserva legal (5%)	(1.494)	(935)
Base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios	28.387	17.763

Foram destacados juros sobre o capital próprio aos acionistas em valor superior aos mínimos obrigatórios, que representa 25% conforme estatuto social.

19 Transações entre partes relacionadas

	30/06/2026			30/06/2025		
	Direitos / (obrigações)	Receitas	(Despesas)	Direitos / (obrigações)	Receitas	(Despesas)
Pessoas físicas						
LCI e CDB	(238.984)	-	(16.209)	(186.932)	-	(11.578)
Depósitos a vista	(215)	-	-	(197)	-	-
Operações de crédito	94	-	-	109	-	-
Remuneração aos administradores	-	-	(320)	-	-	(303)
Juros sobre capital próprio/dividendos	(7.488)	-	-	(2.359)	-	-
Controladas (a)						
Aplicação interfinanceira	46.144	1.814	-	-	-	-
LCI e CDB	(10.012)	-	(679)	(7.986)	-	(591)
Depósitos a vista	(69)	-	-	(73)	-	-
Operações de crédito	10	-	-	14	-	-
Juros sobre capital próprio/dividendos	13.687	-	-	5.811	-	-
Serviços prestados	-	-	-	4.072	-	-
Utilização de estrutura compartilhada	502	2.649	-	120	5.012	-
Estruturação de op cessão de crédito CRI	-	-	-	-	-	-
Remuneração banco liquidante	-	23	-	-	23	-
Pessoas jurídicas						
LCI e CDB	(36.481)	-	(2.437)	(36.398)	-	(2.964)
Depósitos a vista	(77)	-	-	-	-	-
Operações de crédito	57	-	-	20	-	-
Juros sobre capital próprio/dividendos	(27)	-	-	(1.296)	-	-
Desenvolvimento de software	-	-	(6.045)	(492)	-	(5.031)
Prestação de serviços administrativos e cobrança (b)	(3.548)	-	(5.831)	(160)	-	(1.015)
Aluguel comercial	-	-	(45)	-	-	(44)
Utilização de estrutura compartilhada	76	116	-	(120)	156	-

**Banco Bari de Investimentos
e Financiamentos S.A.**
*Demonstrações financeiras
referentes ao semestre findo
em 30 de junho de 2026*

	Até 3 meses	de 4 a 12 meses	acima 12 meses	Até 3 meses	de 4 a 12 meses	acima 12 meses
Fluxo vencimento de partes relacionadas						
Ativo						
Aplicação interfinanceira	46.144	-	-	-	-	-
Operações de crédito	161	-	-	143	-	-
Dividendos e Juros sobre o capital próprio	-	13.687	-	-	5.811	-
Serviços Prestados	-	-	-	4.072	-	-
Utilização de Estrutura Compartilhada	577	-	-	-	-	-
Estruturação de op. cessão de crédito CRI	-	-	-	-	-	-
Total	46.882	13.687	-	4.215	5.811	-
Passivo						
Depósito a vista	360	-	-	270	-	-
Depósitos a prazo	25.248	61.052	199.177	19.112	111.072	101.131
Dividendos e Juros sobre o capital próprio	-	7.515	-	-	3.655	-
Desenvolvimento de software	-	-	-	492	-	-
Prestação de serviços administrativos e cobrança	3.548	-	-	160	-	-
Total	29.156	68.567	199.177	20.034	114.727	101.131

Informações adicionais:

As transações foram realizadas de acordo com condições determinadas por políticas para transações entre partes relacionadas deste Grupo.

- (*) São partes relacionadas pessoas jurídicas, as seguintes empresas : (i) Bari Companhia Hipotecária, (ii) Bari Securitizadora S.A; (iii) Bari Service de Crédito Ltda.; (iv) Bordin Administração e Incorporação Ltda.; (v) Barigui Veículos Ltda.; (vi) Central Brasileira de Cobrança Ltda.; (vii) Brasil Cards Serviços Financeiros Ltda.; (viii) Enio Fornea & Cia Ltda.; (ix) Center Automóveis Ltda.; (x) Espaço Automóveis Ltda.; (xi) GFA Incorporações Ltda.; (xii) Amambahy Participações Ltda.; (xiii) Fórmula Automóveis Ltda.; (xiv) Instituto Barigui; (xv) Marumbi Investimentos Ltda.; (xvi) Bari Tecnologia e Serviços de Informática Ltda.; (xvii) BariSeg Corretora de Seguros Ltda.; (xiii) Bari Serviços de Apoio a Escritórios Ltda.; e (xix) DI Documentação Imobiliária Ltda.
- (a) Controladas: Bari Companhia Hipotecária, Bari Securitizadora S.A.
- (b) A prestação de serviços refere-se a: serviços de correspondente bancário, assessoria de cobranças, assessoria administrativa.
- (c) As partes relacionadas celebraram um Contrato de Prestação de Serviços Operacionais com o objetivo de compartilhar custos de natureza administrativa e técnica em virtude de possuírem uma mesma estrutura administrativa.

a. Política de remuneração

O Banco remunera quatro membros de sua Diretoria Executiva, atendendo a Resolução CMN nº 3.921, de 25 de novembro de 2011. Os membros da diretoria executiva têm remuneração de natureza fixa e variável. O valor no semestre findo em 30 de junho de 2026 está representado por R\$ 320 (R\$ 306 em 30 de junho de 2025).

20 Receita de prestação de serviços

	30/06/2026	30/06/2025
Confecção de cadastro pessoa física e jurídica	4.959	1.984
Serviços de banco liquidante e coordenador líder	416	-
Receita com <i>interchange</i>	119	174
Rendas de outros serviços	22	2.534
Total	5.516	4.692

21 Despesas tributárias

	30/06/2026	30/06/2025
Despesa de COFINS	(2.974)	(2.646)
Despesa de PIS	(483)	(430)
Despesas de ISS	(275)	(141)
Outros	(162)	(139)
Total	(3.894)	(3.356)

22 Outras despesas administrativas

	30/06/2026	30/06/2025
Despesas de processamento de dados	(9.993)	(8.781)
Despesas com serviços terceirizados (a)	(7.343)	(8.778)
Despesas com propaganda e publicidade	(3.623)	(1.033)
Despesas com amortização/depreciação	(2.248)	(5.077)
Despesa com serviços técnicos especializados	(1.185)	(1.709)
Despesas de comunicação	(742)	(530)
Despesas com consultas SPC/Serasa	(675)	(755)
Despesas serviço sistema financeiro	(603)	(562)
Despesas de aluguel comercial e condomínio	(300)	(157)
Outras despesas	(383)	(379)
Consultas cadastrais	(297)	-
Despesas judiciais e cartório	(255)	(499)
Despesas com acordo judicial e provisionamento de passivos contingentes	(250)	(243)
Despesas com viagens	(240)	(168)
Despesas com manutenção e conservação de bens	(189)	(135)
Total	(28.326)	(28.806)

(a) Refere-se principalmente à:

- (i) Apropriação de despesas com comissões por indicação e originação de operações de crédito no resultado para o semestre findo em 30 de junho de 2026 corresponde ao valor de R\$ 13 (R\$ 1.677 em 30 de junho de 2025);
- (ii) As despesas incorridas a título de assessoria de cobrança para o semestre findo em 30 de junho de 2026 correspondem ao valor de R\$ 1.334 (R\$ 1.047 em 30 de junho de 2025);

- (iii) As despesas incorridas a títulos de assessoria e consultorias comerciais, para o semestre findo em 30 de junho de 2026, correspondem ao valor de R\$ 1.137 (R\$ 872 em 30 de junho de 2025);
- (iv) As despesas incorridas a título de custos de repasse aos órgãos públicos para o semestre findo em 30 de junho de 2026 correspondem ao valor de R\$ 903 (R\$ 685 em 30 de junho de 2025);
- (v) As despesas com administração de dados das carteiras de operação de crédito, para o semestre findo em 30 de junho de 2026 correspondem ao valor de R\$ 2.002 (R\$ 2.853 em 30 de junho de 2025);
- (vi) As despesas relativas à assessoria em recursos humanos, análise de crédito, análise de abertura de conta, ponto de atendimento e plataforma digital para o semestre findo em 30 de junho de 2026 correspondem ao valor R\$ 1.471 (R\$ 1.590 em 30 de junho de 2025); e
- (vii) Outras despesas pulverizadas, para o semestre findo em 30 de junho de 2026 correspondem ao valor de R\$ 483 (R\$ 54 em 30 de junho de 2025).

O Banco possui processo para a contratação de auditoria independente considerando aspectos de transparência, conformidade, objetividade e independência do auditor independente, bem como, para a observância da não contratação da mesma empresa para outros serviços que possam configurar eventual conflito de interesse e perda de independência ou objetividade na execução de suas atividades. Os honorários relativos à auditoria independente relativos ao semestre findo em 30 de junho de 2026 montam o total de R\$ 250 (R\$ 180 em 30 de junho de 2025).

23 Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)

a. Composição do imposto de renda e contribuição social no resultado

	30/06/2026	30/06/2025
Impostos correntes		
Provisão para imposto de renda	(1.868)	(2.209)
Provisão para contribuição social	<u>(1.541)</u>	<u>(1.809)</u>
Total	<u>(3.409)</u>	<u>(4.018)</u>
Ativo e passivo fiscal diferido	(1.104)	213
Prejuízo fiscal diferido para imposto de renda e contribuição social	<u>(1.486)</u>	<u>(1.744)</u>
Total imposto de renda e contribuição social	<u>(5.999)</u>	<u>(5.549)</u>

b. Conciliação do imposto de renda e contribuição social no resultado

	30/06/2026	30/06/2025
Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	35.881	24.247
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às alíquotas de 20% e 25%, respectivamente	(16.146)	(10.911)
Efeitos do imposto de renda e contribuição social sobre:		
Adições permanentes	(3)	(2)
Adições Swap liquidado	(1.561)	(621)
Exclusões		
Equivalência	6.002	3.378
Juros sobre capital próprio	4.057	1.935
Outros	1.652	672
Total Impostos de Renda e Contribuição Social	(5.999)	(5.549)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(3.409)	(4.018)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(2.590)	(1.531)

c. Movimentação e origem do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Saldo anterior 31/12/2025	Constituição	Baixa	Saldo final 30/06/2026
IMPOSTO DE RENDA				
Provisão para perdas devedores duvidosos - corrente	5.019	3.491	(2.644)	5.866
Provisão para perdas devedores duvidosos - estoque	2.505	1.825	(3.644)	686
Provisão p/ desvalorização de imóveis	274	-	(30)	244
Participação no Lucros	158	127	(148)	137
Provisão para contingência Cíveis	261	35	(13)	284
MtM Títulos e Valores Mobiliários a receber	103	44	(46)	100
MtM Títulos e Valores Mobiliários a pagar	(10)	(24)	15	(19)
MtM Instrumentos derivativos SWAP a pagar	-	559	-	559
MtM Instrumentos derivativos SWAP a receber	(2.961)	(28)	899	(2.090)
Prejuízo Fiscal	18.027	51	(877)	17.202
Ativo fiscal diferido IRPJ	26.337	6.132	(7.401)	25.077
Passivo fiscal diferido - IRPJ	(2.961)	(52)	914	(2.109)
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL				
Provisão para perdas devedores duvidosos - corrente	4.016	2.793	(2.115)	4.694
Provisão para perdas devedores duvidosos - estoque	2.004	1.459	(2.915)	548
Provisão p/ desvalorização de imóveis	219	-	(24)	195
Participação no Lucros	127	101	(118)	110
Provisão para contingência Cíveis	209	28	(10)	227
MtM Títulos e Valores Mobiliários a receber	82	35	(37)	80
MtM Títulos e Valores Mobiliários a pagar	(8)	(19)	12	(15)
MtM Instrumentos derivativos SWAP a pagar	-	447	-	447
MtM Instrumentos derivativos SWAP a receber	(2.369)	(22)	719	(1.672)
Base negativa	14.421	41	(701)	13.761
Ativo fiscal diferido - CSLL	21.078	4.905	(5.921)	20.061
Passivo fiscal diferido - CSLL	(2.377)	(41)	731	(1.687)
Ativo fiscal diferido total	47.414	11.036	(13.322)	45.138
Passivo fiscal diferido total	(5.338)	(93)	1.645	(3.796)
Conciliação movimentação do crédito tributário				
Efeito no resultado Prejuízo Fiscal / Base Negativa	(1.486)			
Efeito no resultado Diferenças Temporárias	(1.802)			
Efeito no resultado Instrumentos diferidos	698			
Efeito no patrimônio líquido	1.856			

**Banco Bari de Investimentos
e Financiamentos S.A.**
*Demonstrações financeiras
referentes ao semestre findo
em 30 de junho de 2026*

	Saldo inicial em 01/01/2025	Constituição	Baixa	Saldo final em 30/06/2025
Imposto de renda				
Prejuízo Fiscal Base IRPJ	18.758	236	(1.205)	17.789
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	4.304	3.811	(222)	7.893
Provisão para contingências	238	9	(35)	212
MtM instrumentos financeiros hedge accounting	(4.470)	(742)	525	(4.687)
MtM instrumentos financeiros SWAP	(0)	-	-	(0)
MtM Títulos e Valores Mobiliários	30	(27)	3	5
Outras provisões	411	163	(178)	397
Ativo Fiscal Diferido	23.742	4.219	(1.641)	26.296
Passivo Fiscal Diferido	(4.470)	(769)	528	(4.687)
Contribuição social				
Base negativa de CSLL	15.007	189	(964)	14.232
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.444	3.020	(178)	6.286
Provisão para contingências	191	7	(28)	170
MtM instrumentos financeiros hedge accounting	(3.577)	(594)	420	(3.750)
MtM Títulos e Valores Mobiliários	23	(22)	2	3
Outras provisões	329	131	(178)	281
Ativo Fiscal Diferido	18.993	3.347	(1.348)	20.972
Passivo Fiscal Diferido	(3.577)	(616)	422	(3.750)
TOTAL Ativo Fiscal Diferido	42.735	7.566	(2.989)	47.268
TOTAL Passivo Fiscal Diferido	(8.047)	(1.385)	950	(8.437)
Conciliação dos efeitos			IRPJ	CSLL
Efeito no Resultado			3.548	2.774
Efeito no Patrimônio líquido			(6.854)	(5.476)
Efeito Prejuízo Fiscal - Resultado			969	775
Total			(2.337)	(1.927)

d. As diferenças tributárias e a proporcionalidade de realização são referentes às:

Natureza	jun-27	jun-28	jun-29
Provisão de contingencia - Cível e trabalhistas	98%	2%	0%
Provisão Desvalorização de Imóveis	0%	69%	0%
Participação nos lucros	100%	0%	0%
Provisão para devedores duvidosos	1%	2%	3%
Provisão para devedores duvidosos - estoque	15%	15%	15%
MtM sobre Títulos e Valores Mobiliários	0%	0%	0%
Hedge Accounting Bradesco e Itaú	0%	60%	40%
Prejuízo fiscal / Base negativa para CSLL	10%	10%	10%

Considerando a expectativa de resultados futuros determinados com base em premissas que incorporam, entre outros fatores, o nível de operações, o atual cenário econômico e as expectativas futuras de taxas de juros, a Administração acredita que os créditos tributários registrados em 30 de junho de 2026 tenham sua realização futura da seguinte forma:

	jun-27	jun-28	jun-29	acima de 3 anos	TOTAL
ATIVO FISCAL DIFERIDO					
Imposto de Renda					
Diferenças Temporária Tributável	569	738	509	6.059	7.874
Prejuízo Fiscal	1.720	1.720	1.720	12.041	17.202
Total	2.289	2.459	2.229	18.100	25.076
Valor Presente	1.988	2.136	1.936	15.723	21.783
Contribuição Social					
Diferenças Temporária Tributável	455	591	407	4.848	6.300
Prejuízo Fiscal	1.376	1.376	1.376	9.633	13.761
Total	1.831	1.967	1.783	14.481	20.062
Valor Presente	1.591	1.709	1.549	12.579	17.427
PASSIVO FISCAL DIFERIDO					
Imposto de Renda					
Diferenças Temporária Tributável	2.087	21	-	-	2.109
Total	2.087	21	-	-	2.109
Valor Presente	1.813	19	-	-	1.832
Contribuição Social					
Diferenças Temporária Tributável	1.670	17	-	-	1.687
Total	1.670	17	-	-	1.687
Valor Presente	1.451	15	-	-	1.465

Para fins de determinação do valor presente da realização futura estimada de créditos tributários em cada ano, foi adotada a taxa média de juros de captação de 106,86 % CDI.

O Banco não deixou de ativar os créditos tributários durante o semestre findo em 30 de junho de 2026.

e. Obrigações fiscais diferidas

As obrigações sociais diferidas, no semestre findo em 30 de junho de 2026 corresponde ao montante de R\$ 3.796 (R\$ 5.329 em 31 de dezembro de 2025). referem-se a imposto de renda e contribuição social sobre o ajuste a valor de mercado de hedge de fluxo de caixa e títulos e valores mobiliários, marcados a mercado.

24 Patrimônio líquido exigido (acordo da Basileia)

As instituições financeiras estão obrigadas a manter uma relação mínima de 8% entre o Patrimônio de Referência (PR) e os riscos ponderados conforme regulamentação em vigor (Patrimônio de Referência Exigido - PRE). A partir de julho de 2008, entraram em vigor novas regras de mensuração do capital regulamentar pelo Método Padronizado de Basileia III, com nova metodologia de mensuração, análise e administração de riscos de crédito e riscos operacionais. O índice de Basileia de 20,98%, apurado de acordo com os preceitos regulamentares para o período findo em 30 de junho de 2026, é representativo para o Conglomerado Prudencial Bari.

	30/06/2026	31/12/2025
Patrimônio de referência	201.411	182.732
Índice de Basileia BACEN	20,98	21,49

25 Estrutura de gerenciamento integrado de riscos e de capital

Na forma da regulamentação vigente, as atividades de gerenciamento de risco encontram-se centralizadas no Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A. (“Banco”), líder do conglomerado Prudencial Bari (“Bari”) que é composto pelo Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A., Bari Companhia Hipotecária e Bari Securitizadora S.A., sendo o Banco Bari instituição enquadrada no segmento S4, nos termos da Resolução CMN nº 4.553 de 30/01/2017.

A seguir, os principais fatores dos riscos elencados que afetam os negócios do Banco:

(i) Risco de crédito

A Estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito monitora a qualidade em níveis coerentes com o apetite de risco do Bari para cada segmento de mercado em que opera e o comportamento da carteira de crédito através de indicadores consistentes, a fim de atender a complexidade do negócio e visando alcançar boas práticas de mercado.

O comportamento da inadimplência é analisado de forma sistemática e metódica com o objetivo de identificar, avaliar e acompanhar tendências, promovendo ações que buscam o controle e mitigação dos riscos.

(ii) Risco operacional

Define-se como risco operacional a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas.

Inclui-se também nesta modalidade o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimentos de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

(iii) Gestão de continuidade de negócio

A Gestão de Continuidade dos Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações do Bari e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem. Os procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência estão formalizados no Plano de Continuidade de Negócio (PCN) e anualmente são realizados testes e/ou simulações de eventos enquadráveis nesse escopo.

(iv) Risco de mercado e de Taxa de Juros

Define-se o risco de mercado e de Taxa de Juros como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado e no resultado de intermediação financeira de instrumentos financeiros detidos pelas instituições do Bari.

A estrutura de Gerenciamento do Risco de Mercado e de Taxa de Juros possui, ainda, um escopo focado no controle do risco do descasamento das posições ativas e passivas no que concerne às taxas/indexadores praticadas pelo Bari.

(v) Risco de liquidez

A estrutura de Gerenciamento de Risco de Liquidez é responsável por identificar, avaliar, monitorar, mensurar, controlar e reportar a exposição ao Risco e situações que possam comprometer o equilíbrio econômico-financeiro da organização.

O comportamento do fluxo de caixa é acompanhado diariamente e outros indicadores de liquidez são acompanhados mensalmente de forma independente e sistemática, buscando identificar situações de risco e promover ações que garantam a boa saúde financeira da instituição.

(vi) Gerenciamento de capital

Define-se o gerenciamento de capital como o processo contínuo de:

- (i) monitoramento e controle do capital mantido pela instituição;
- (ii) avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está exposta;
- (iii) planejamento de metas e de necessidade de capital considerando os objetivos estratégicos da instituição.

O processo de identificação e avaliação dos riscos relevantes é realizado com periodicidade mínima anual, através do Plano de Capital, contemplando os riscos considerados no cálculo do capital regulamentar.

(vii) Risco Social, Ambiental e Climático

Define-se o risco social como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de eventos relacionados à violação de direitos e garantias fundamentais ou a atos lesivos ao interesse comum.

Define-se o risco ambiental como a possibilidade de ocorrência de perdas ocasionadas por eventos associados à degradação do meio ambiente, incluindo o uso excessivo de recursos naturais.

O risco climático divide-se em duas vertentes, sendo:

- **Risco climático de transição:** define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de eventos relacionados ao processo de transição para uma economia de baixo carbono, em que a emissão de gases do efeito estufa é reduzida ou compensada e os mecanismos naturais de captura desses gases são preservados;
- **Risco climático físico:** define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas ocasionadas por eventos associados a intempéries frequentes e severas ou a alterações ambientais de longo prazo, que possam ser relacionadas a mudanças em padrões climáticos.

A Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática do Bari caracteriza o crédito imobiliário como a modalidade de crédito mais sensível a esses riscos, devido à possibilidade do imóvel, objeto do financiamento e/ou garantia da operação, apresentar desconformidades socioambientais. Neste último contexto, incluímos as operações de compra de carteiras, alcançando as incorporadoras e construtoras cedentes de créditos.

Vale registrar que o Bari desenvolve ações para prevenção dos riscos citados, em especial na área de crédito imobiliário, inserindo nas avaliações de imóveis apurações sobre eventuais pendências junto aos órgãos encarregados de coibir irregularidades na área aqui tratada, incluindo um indicador na RAS para garantir que a exposição da carteira de crédito a esses riscos seja monitorada.

* * *

Diretoria

Rodrigo Oliveira de Araújo Pinheiro
Diretor Presidente

Evaldo Leandro Perussolo
Diretor Superintendente

Mateus Vargas Fogaça
Diretor Executivo

Gustavo Diaz Caciatori
Diretor Executivo

Conselho de Administração

Ivo Luiz Roveda
Presidente

Enio Fornea Júnior
Vice Presidente

Felix Archanjo Bordin
Conselheiro

Antônio Bordin Neto
Conselheiro

Rodrigo Oliveira de Araújo Pinheiro
Conselheiro

Responsável Técnica
Cristiane Aparecida Damrat
Contadora CRC PR 063966/O-2